

atlas de **RELACÕES INTERNACIONAIS**

ATUALIDADES EQUATORIANAS

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Aspectos Físicos 2 — Evolução histórica 3 — O Século XX. 4 — Integração Social e Econômica. 5 — Questões de Limites 2

AS DUAS CORÉIAS

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Características Geográficas Gerais 2 — Aspectos Históricos. 3 — Paralelo entre as Duas Coréias 4 — Considerações Geopolíticas. 5 — As Relações Nipo-Coreanas 8

KIEL e os ESTREITOS ESCANDINAVOS

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — O Planalto Continental Ártico. 2 — O Passado Histórico. 3 — A Política Imperial. 4 — O Canal de Kiel 14

O CO-PRINCIPADO DE ANDORRA

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Aspecto Geoeconômico. 2 — Aspecto Geopolítico 3 — Organização Política 20

ATUALIDADES EQUATORIANAS

DELGADO DE CARVALHO

1 — Aspectos Físicos

Ao sul do Nó de Pasto, na Colômbia, os *Andes*, de tripartidos que eram em serras divergentes, se juntam num sistema central, relativamente estreito, ladeado de duas zonas baixas: as zonas cisandina costeira e a zona transandina, ou Levante ou, simplesmente, *Oriente*.

Entre o rio *Mira*, fronteira Colombiana, e o *gôlfo de Guayaquil*, o litoral equatoriano oferece uma larga conve-xidade para o mar, (Esmeraldas e Mar-rabi) marcada por algumas poucas pontas de terra baixa. O gôlfo, o mais importante da costa pacífica da América do Sul, recebe o rio *Guayas*, que drena as águas do rio *Daule* e outros, oriundos da orla ocidental andina. Ao sul do gôlfo, a comarca de Machala é escoadouro da zona mineira de cobre e ouro (Tumbez já pertence ao Peru). A influência da corrente pacífica, relativamente fria, que alcança o Equador, torna a orla costeira temperada, com duas estações, uma seca e outra chuvosa no verão. A temperatura média é de 25°C, mas Guayaquil, mais resguardada, é mais quente.

A *região andina* se levanta a 150 ou 200 quilômetros do litoral; em muitos pontos constitui paredão quase vertical. Os Andes equatorianos, entre o *Nó de Pastos* e o *Nó de Loja*, formam duas cordilheiras paralelas: a Oriental, onde o vulcão ativo do *Cotopaxi* mede 5 950 m, e a Cordilheira Ocidental com o *Chimborazo*, com seus 6 300 m e o *Pichincha* que, mais ao norte, domina a cidade de Quito. O planalto intermediário situado a cerca de 3 000 metros, é o centro antropogeográfico do país. As médias anuais regulam entre 11 a 15°C. Suas chuvas são abundantes, mas,

em regra, não alimentam rios importantes, devido à extrema permeabilidade do solo vulcânico. Daí também a falta de *matas* e a abundância de *campos* e *pastos*.

Além de 3 500 metros de altitude, estendem-se terras frias, mesetas, desertos, os páramos e os nevados.

A *Região Oriental* constitui a vertente amazônica da república equatoriana; é formada de degraus sucessivos de planaltos e planícies, que as chuvas abundantes dotam de extensas correntes fluviais como o Putumaio, o Içá, o Napo, o Pastucza e outros.

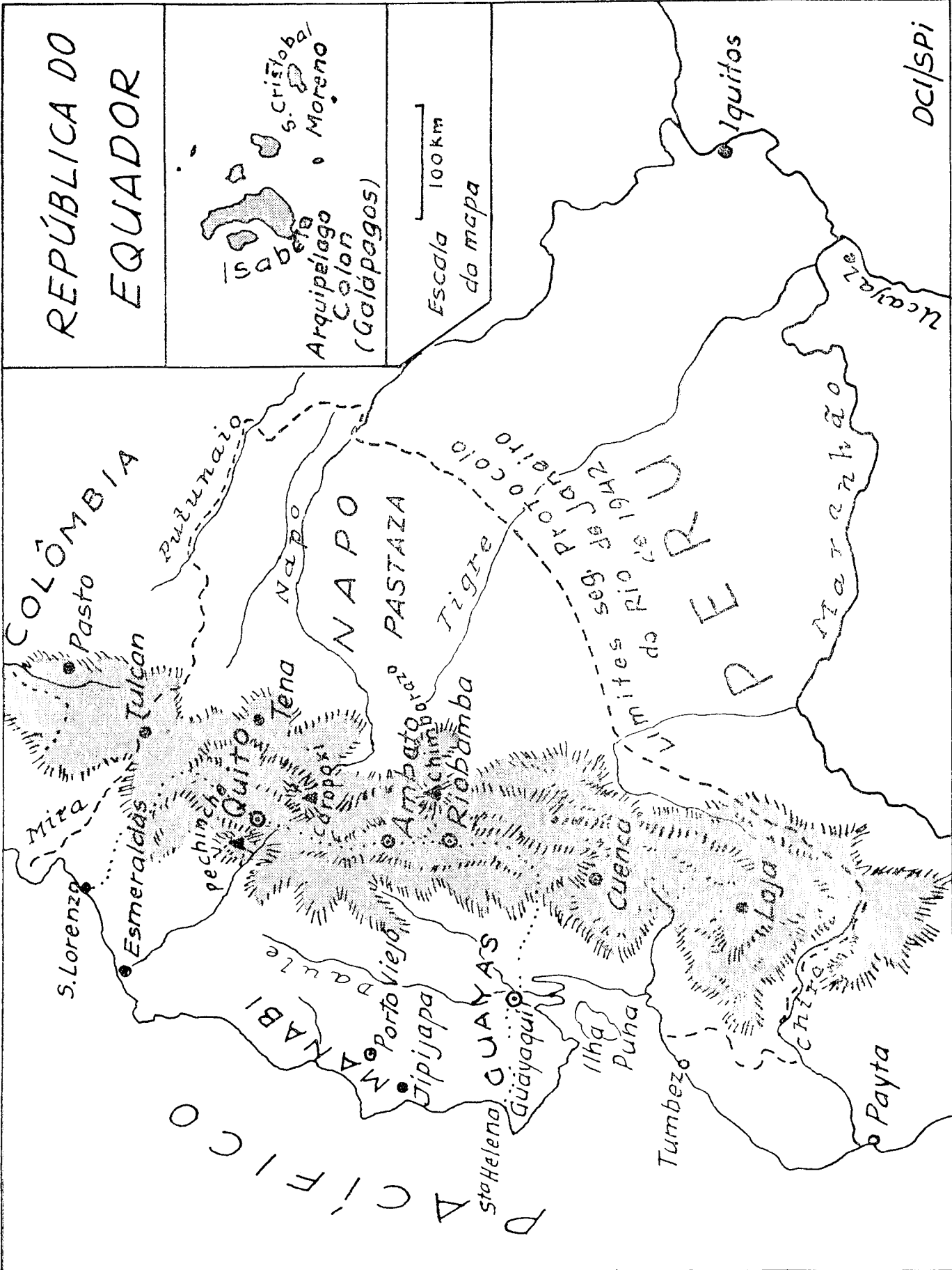
O clima e as terras desenvolvem aí a vegetação das selvas. São zonas pouco povoadas nos degraus das serras. O rio Napo foi a estrada de penetração de Orellana, em 1540.

Equatorianas também são as ilhas Galápagos, a mil quilômetros do litoral. Além de seus três mil habitantes, as quinze ilhas montanhosas contam grande população de *pinguins*, albatrozes e tartarugas.

A capital, *Quito*, com seu meio milhão de habitantes é a segunda cidade do país, pois Guayaquil já conta com 700.000. Riobamba, Cusnea, Anabato e Porto Viejo são cidades de mais de 50 000 almas. A população, de 5½ milhões de habitantes, é predominantemente ameríndia.

2 — Evolução histórica

O atual território equatoriano foi ocupado, na época pré-colombiana, por povos vindos do norte, da América Central e nele se desenvolveu a civilização dos Incas, que os espanhóis lá encontraram. Foi Bartolomeu Ruiz, piloto de Pizarro que, em 1526, desembarcou primeiro em Esmeraldas. Foi seguido por



Organizado pelo autor.

Pizarro, Almagro e outros aventureiros. Tendo Pizarro obtido do rei de Espanha o título de *Adelantado*, empreendeu a sua obra de destruição e de conquista. Cedo, porém, deu-se uma guerra civil entre os conquistadores.

O território foi incorporado ao *Vice-reinado* do Peru e surgiram os centros de Quito, Guayaquil, Porto Viejo, Loja e Cuenca. O isolamento levou o governo à orientação da Audiência de Quito e seu bispado ficou sob a dependência de Cuzco.

O primeiro movimento de *Independência* teve lugar em Quito, em 1809, mas foi abafado pelos realistas, que lá se mantiveram até 1822, quando as forças de Bolívar e de Sucre derrotaram os espanhóis em Pichincha. O território foi, então, incorporado, por Bolívar, na Confederação Venezuela-Colômbia que planejava. Foi em Guayaquil que se deu a famosa entrevista entre o libertador do Norte—Bolívar e o libertador do Sul—San Martín. Ficaram misteriosas as questões discutidas na entrevista; mas o fato que resultou foi a patriótica renúncia do herói argentino diante da intransigência de Bolívar, para evitar uma guerra civil entre americanos.

A retirada da Venezuela comprometeu os planos de Bolívar (1829) e os departamentos de Guayaquil, Quito e outros proclamaram, em 1830, o *Estado do Equador* e, no ano seguinte, separando-se da Colômbia, a *República do Equador*.

Coube a Juan Flores, antigo auxiliar de Bolívar, orientar os primeiros passos da república. Era um militar muito autoritário de tendências conservadoras severas. A êste respeito é curioso notar que, em tôda a história do Equador, se mantém uma rivalidade social, econômica e política entre *Quito*, a capital, e *Guayaquil*, o pôrto do Pacífico. Na serra andina dominava a nobreza rural, conservadora, católica e tradicional; no pôrto surgem idéias liberais, ou pelo menos novas, de uma classe de negociantes e trabalhadores, reclamando reformas e progressos.

Começou esta rivalidade sob a presidência de Juan Flores, que governou

a república pacificamente durante quinze anos, tendo, porém, que enfrentar a oposição liberal de um aristocrata, Rocafuerte, muito viajado, convertido às idéias da Europa revolucionária. Flores mandou prender êste liberal, representante das tendências de Guayaquil. Depois, resolveu libertá-lo e chamá-lo para o governo seguinte. A combinação destas alternativas de governo provam que as convicções políticas eram menos profundas do que o "personalismo". Na realidade, foi um período de estabilidade política.

Em seguida, passou o Equador a conhecer um regime diferente. Caiu o governo entre as mãos de caudilhos que se sucederam na presidência. Um dêles, chamado *Franco*, chegou a ceder ao Peru, por tratado, o pôrto de Guayaquil e os distritos do sul.

Um movimento de revolta foi, então, chefiado por *Garcia Moreno*, que Juan Flores, seu sogro, deixando Paris, onde se achava, voltou ao Equador para auxiliar o genro. Garcia Moreno venceu. Era intelectual, que as revoluções de 1848 tinham convertido às idéias conservadoras. Político viajado e professor da Universidade de Quito, Moreno era profundamente católico e, durante os quinze anos que governou o país, remodelou a Constituição de 1830 e fez do Equador uma república teocrática. Depois de assinar uma concordata com Roma, confirmou os privilégios da Igreja, dando ao clero a censura das publicações e a educação do povo, reservou aos católicos o exercício dos direitos cívicos e consagrou o país ao Sagrado Coração de Jesus.

Moreno era um sincero, entregou seus vencimentos às boas obras, contratou na Europa mestres iminentes, cuidou do comércio, dos portos, das finanças e da nova constituição, mas foi assassinado em 1875.

3 — O Século XX

Com o assassinato do patriótico ditador reacionário, entrou o Equador numa fase crítica de sua vida política: durante vinte anos de instabilidade, a

guerra civil entre conservadores e *liberais* foi se tornando cada vez mais acirrada pelas represálias. A anarquia chegou ao ponto de ficar o país com três governos, um em *Quito*, outro em *Guayaquil* e um terceiro em *Esmeraldas*.

Finalmente, na última década do século XIX, os liberais radicais ou progressistas acabaram vencendo os conservadores clericais e coube a um liberal, o general Eloy Alfaro, que tinha sido perseguido no tempo de Moreno, assumir a presidência em 1895 — 1901 e em 1906 — 1911. A vitória liberal iniciou uma nova era na política equatoriana: Eloy Alfaro e Leonidas Plaza se destacaram pelas reformas que fizeram. Continuaram a obra econômica de Moreno, reorganizaram as finanças e chamaram capitais estrangeiros; mas em política foram principalmente anticlericais, neste sentido, que aboliram os privilégios da Igreja, tornaram a educação leiga, o casamento civil foi o único reconhecido, o divórcio permitido. Foi proclamada a liberdade de consciência, de palavra, de imprensa. As Constituições equatorianas, que foram muito numerosas e freqüentemente adaptadas às conveniências de quem detinha o poder, não eram resultados de conflito entre idéias federalistas e idéias unitárias, mas apenas entre conceitos reacionários e aspirações progressistas, destacando-se, assim, das lutas constitucionais dos demais países hispano-americanos. A tendência que se nota na evolução constitucional do Equador é marcada pela crescente preocupação de multiplicar os dispositivos liberais para permitir progressos.

Depois de sua segunda presidência de 1906 — II, Alfaro tentou substituir seu sucessor (por êle colocado) sem recorrer à eleição. Prêso pelas forças armadas, foi assassinado pelo populocho, na porta da penitenciária de Quito.

Com o desaparecimento de Eloy Alfaro, iniciava-se a desintegração do liberalismo e sustentavam-se apenas as presidências por ocasionais combinações entre a aristocracia territorial de

Quito e os *comerciantes e banqueiros* de Guayaquil. “A monocultura do cacau — pepita de ouro — dava dinheiro a mãos cheias à burguesia do litoral, que vivia dispendiosamente em Paris. E a produção agrícola, doméstica, realizada em comum por índios escravizados e, individualmente, aproveitada pelos amos, epízonos da Colônia, marcava a tônica da convivência social das cidades andinas” (Pareja — Diez — Canseco — Breve Historia del Ecuador).

Quando veio a depressão, surgiram as *juntas militares*, freqüentemente sustentadas pelos banqueiros. As imprudências do “Banco Comercial y Agrícola” com suas emissões, determinou rápida queda de valor do *sucre* (moeda nacional) seguida de uma crise nos suprimentos populares. A 15 de novembro de 1922 um *movimento revolucionário em Guayaquil* foi reprimido com excepcional violência e marcou uma data histórica. Já em 1925 as mananças de Guayaquil mudavam a feição das lutas partidárias; começavam as lutas sociais.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores do Equador haviam formado apenas associações *materialistas*, sem frente nacional, nem ação política. Mais tarde, fêz-se a primeira união sindical na “Confederacion de Trabajadores de Gerayas”. Em Guayaquil formou-se por fim, a “Confederación General”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a presidência foi ocupada por um advogado de Guayaquil, Arroyo del Rio que se declarou contra o Eixo e cedeu bases navais aos Estados Unidos. Foi uma fase de prosperidade para o cacau, a madeira balsa e a borracha; mas a resistência dos grupos de trabalhadores às medidas do govêrno favoreceu a volta ao poder do deputado *Velasco Ibarra* que, em 1934—35, não havia desempenhado até o fim o seu mandato.

No Equador, a tradicional oposição entre Quito e Guayaquil é a essência da divisão partidária, mas a complexidade dos problemas a resolver causa a lenta evolução ideológica que os caracteriza e permite que, de um lado e do outro,

surjam coligações sob forma de novos partidos aderentes, como o *Partido Liberal Radical*, com tendências socialistas, o Movimento Cívico Democrático, a *Aliança Democrática* e, na extrema direita, a *Acción Republicana Nacionalista Ecuatoriana*, de tipo falangista espanhol. As circunstâncias impedem que a “estabilidade” política seja, no Equador, o sinônimo de *statu quo* e imobilidade

Com os progressos econômicos realizados nas duas últimas décadas, as *questões trabalhistas* têm-se apresentado mais positivamente. Em 1963, uma *junta militar* interveio afastando o presidente *Arosemana*, tido como um tanto fraco na proteção do país contra iniciativas extremistas e as intimidades com Moscou e com Cuba. A *Junta* retirou-se em 1966 e, no ano seguinte, foi votada a Constituição de 25 de Maio de 1967. A eleição presidencial é direta, o mandato é de quatro anos. O regime legislativo é *bicameral* mas os *grupos* profissionais, culturais e operários têm representação especial no Senado.

Foi nestas condições que os partidos avançados conseguiram, pela quinta vez, levar à presidência da república, *Velasco Ibarra*. O grupo *veloquista* venceu em bloco com o *centro esquerdo* e os *socialistas*, com os quais pretende administrar, reservando porém aos liberais o trabalho legislativo do governo.

4 — Integração Social e Econômica

O trinômio equatoriano: Costa, Andes, Oriente, além de geográfico e político, é social e econômico também. A oligarquia branca, representando 15% da população, é ladeada por um grupo intermediário, os *cholos*, (*caboclos*) que constituíam 25% da população. Os demais 60% desta população é formada de *índios* que vivem, mais ou menos, nas condições de seus antepassados coloniais. O regime semi-feudal da *Hacienda* ainda predomina, deixando alta porcentagem das terras aráveis inproveitadas. Em contraste, as cidades estão se desenvolvendo e se aparelhando para a vida moderna. Reina porém,

ainda, intenso *regionalismo*, sendo exatamente esta feição que determina a imprecisão dos partidos políticos, nos quais, aliás, não há representação dos índios, isto é, da maior porcentagem demográfica.

Não está, pois, ainda, perfeita, a *integração nacional*. A presidência do radical liberal Galo Plaza, de 1948 a 1952, foi das mais eficientes no desenvolvimento econômico do país. Formado nos Estados Unidos, obteve de Washington um decisivo apoio e a sua obra foi continuada até 1961 (*Velasco* e *Ponce Enriques*). Incentivou a indústria, principalmente na produção de *bens de consumo*; melhorou os transportes e deu, pessoalmente, nas suas terras, o exemplo de emprêgo de *melhores técnicas*. Seu governo marcou uma era nova.

A agricultura equatoriana repousa essencialmente sobre três produtos. *cacau, café, bananas*; mas cultiva também *cereais e cana-de-açúcar* como cultura de subsistência

O cacau, cultura muito antiga no país, é exportado desde o século XVI. O Equador chegou a ser o maior produtor mundial, nas duas últimas décadas do século passado. Cedeu depois o lugar ao Brasil, e, por fim, à Costa do Ouro, hoje *Ghana*. Começou a declinar a produção, devido ao *fungus monilia*, que devastou as plantações. De 16% da produção mundial o cacau do Equador caiu, em 1936 a 2,7%. Em seguida foi recuperando e constitui, com o café e a banana, um dos maiores recursos de exportação; em 1966 já alcançava 50 mil toneladas. O seu café alcançou, nesta última data, 91 000 toneladas.

São numerosos os *recursos naturais* do Equador (ouro, prata, petróleo etc.) mas ainda pouco explorados, embora o petróleo já constitua problema com os estrangeiros. As matas são ricas nas vertentes andinas; da palmeira *Tagua* se estrai um marfim vegetal para fabricar botões em Esmeraldas.

A principal indústria tradicional é a dos chapéus, ditos de “panamá”. Nas províncias costeiras de Esmeraldas e de Mariabi são tiradas da palmeira *to-*

quilla fibras finas, isto é, 40 ou 50 palhas de cada fôlha. Com 600 a 800 é feito um chapéu “sombbrero de Jepijapa”. O nome do chapéu foi dado a seu maior exportador primitivo, o pôrto de Panamá. O processo é secreto, se perguntado a um camponês operador, o homem responde: “No lo sé; los dedos no pueden hablar.” A côr do chapéu é dada pelos vapores do enxofre, trazido das ilhas Galápagos

5 — Questões de Limites.

Poucos problemas de fronteiras, com referência a direitos históricos e ao princípio do *uti possidetes*, tem preocupado mais os governos da América Andina do que o referente ao Levante equatoriano. A origem, evidentemente, se deve aos sucessivos destinos que foram atribuídos ao *distrito de Maynas e de Quito*, entre as terras herdadas do vice-reinado do Peru e do vice-reinado de *Nova Granada*. Bolívar determina que Guayaquil entrasse na *Grã-Colômbia*; pouco depois era esta desmembrada e *Quito foi separado*.

A falta de acôrdo foi fonte de perpétuos desacôrds e de sucessivos conflitos (1827, 1858). Em 1853 foi discutido, pela primeira vez, a possibilidade das pretensões equatorianas alcançar o rio *Amazonas*. O Brasil imperial assinou um Protocolo sôbre navegação fluvial, baseado no *uti possidetis*. Mas, em 1904, o Barão do Rio Branco, prevenido dificuldades com litigantes co-

lombianos e peruanos, assinou um tratado condicional a ser executado caso fôssemos, oficialmente, limitrofes da República do Equador (6 de maio de 1904).

As grandes possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento da exportação de petróleo veio dar novas oportunidades de alterar os limites. Renovaram-se conflitos armados em 1940 e 1941, complicados pelas discussões entre Peru e Colômbia no caso de Letícia, que a diplomacia brasileira resolveu pacificamente em 1942. Neste mesmo ano, ainda, foi, no Rio de Janeiro, assinado o *Protocolo de 1942*, favorável às pretensões peruanas.

É contra êste *Protocolo do Rio de Janeiro* que vêm se insurgindo os políticos equatorianos e particularmente Velasco Ibarra. Em sessões reservadas, de 1968, o chanceler *Valdivieso* tem apresentado, à *Câmara dos Deputados*, as razões que levam o govêrno de Quito a afirmar a nulidade do referido protocolo, defendendo a tese de Velasco Ibarra. As discussões, aliás, envolvem questões relativas ao arrendamento de terrenos à *exploração petrolífera*, sustentando que os interesses do país já exijam novas reorganizações a êste respeito, pois a lei petroleira de 1936 já não considera mais, nos contratos vigentes, os conceitos modernos adotados na Venezuela, na Bolívia e no Oriente Médio.

(abril de 1969)

AS DUAS COREÍAS

THERESINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG.

1 — Características Geográficas Gerais

A *Coréia*, país da Ásia Oriental, denomina-se oficialmente *Chão-Sien* ou *Chosen*, palavra de origem japonesa que significa “calma da manhã”. Com sua área de 220 231 km² é pouco menor que o nosso território de Roraima (230 104 km²).

Poderoso *contraforte peninsular*, de grande interesse estratégico é a Coréia banhada pelos *mares do Japão e Amarelo*. No norte faz fronteira com a Mandchúria, da qual está separada pelos rios Yalu, Tumen e maciço do Chang-Pai-Shan. No sul está separada do arquipélago japonês pelo estreito da Coréia que a ilha de Tshuma divide em dois.

País montanhoso, apenas 1/5 do território coreano é ocupado pela planície. Na muralha defensiva natural do norte, formada pelo maciço de Chang-Pai-Shan, ergue-se o *pico Paiktosan* (2 744 metros), vulcão extinto, em cuja cratera o acúmulo de água das neves formou um lago. Nas proximidades do litoral leste eleva-se a *Cordilheira do Tarnaku*, com altitudes que variam de 2 400 a 1 500 metros, decrescendo do norte para o sul.

A *costa oriental*, no mar do Japão, é pouco sinuosa e não apresenta portos abrigados. Os rios que aí desembocam são torrenciais e, de um modo geral, de pequeno curso; o mais extenso é o *Tumen* (354km).

A *costa ocidental*, no mar Amarelo, juntamente com a que dá para o estreito da Coréia, é bastante recortada, apresentando um intrincado labirinto de canais e ilhas, que possibilitaram a formação de numerosos abrigos natu-

rais. No entanto, a amplitude das mares, com diferença de nível de cerca de 11 metros, torna a região perigosa para a navegação. Os rios pertencentes a esta vertente são mais extensos, de regime normal e navegáveis por juncos, barcas de transporte. O *Yalu* é o mais importante curso d'água, pois, com uma extensão de 480 km, apresenta 280 km navegáveis

2 — Aspectos Históricos

A História da Coréia reflete-se na posição geográfica da *península, localizada entre a China, Japão e Rússia*, exposta por isso às ambições desses poderosos vizinhos.

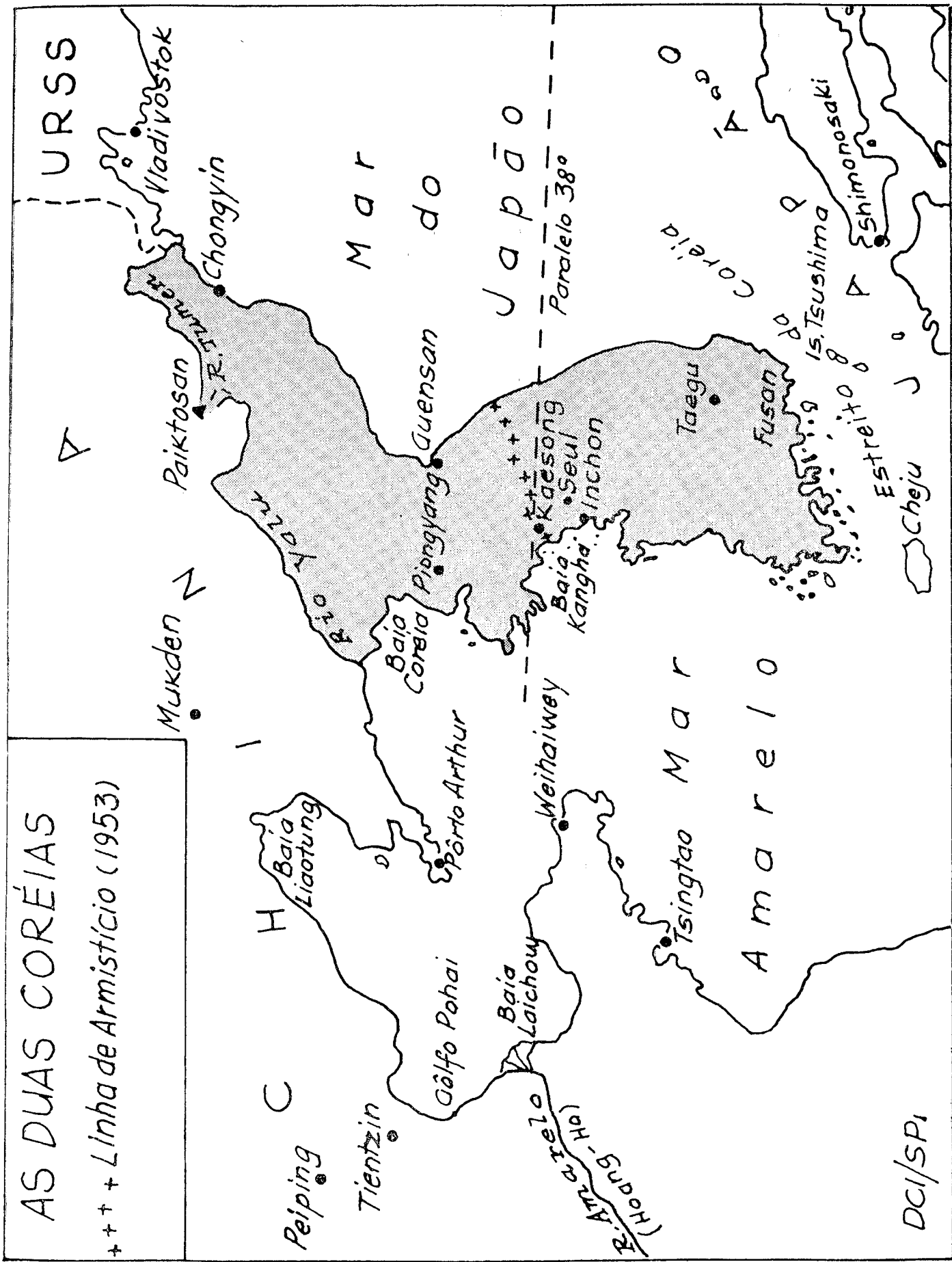
A Coréia deve suas *primeiras estruturas políticas à China*, quando lá esteve o legislador chinês Ki-Tsê, no século A.C. Foi então que o *núcleo geohistórico coreano* se formou nas regiões montanhosas do norte, através do Reino de Chosen.

Em seus primórdios, a história política da Coréia se alterou entre a *independência e a submissão à soberania chinesa ou japonesa*, através de invasões que se realizavam pelo norte e sul respectivamente. Essas invasões constantes levaram a Coréia a adotar, durante vários séculos, a *política de absoluto isolamento nacional*.

A disputa sino-japonesa, na península, levaria essas duas nações a uma guerra (1894-95); vitorioso, o Japão assinava com a China o *tratado de Shimonosaki*, reconhecendo a *independência da Coréia*. Isto porque o imperialismo russo, que desde 1868 se realizava através da expansão pela Sibéria e Mandchúria, reclamava, pelo menos

AS DUAS CORÉIAS

+++ + Linha de Armistício (1953)



teoricamente, uma Coreia, independente, para proteger o Japão de uma possível agressão por parte da Rússia.

No entanto, após se estabelecerem em Vladivostok, os russos ocupavam Porto Arthur, de onde formulavam, visivelmente, seus planos de expansão através da Coreia. A Coreia seria, assim, o *pivot* da guerra russo-japonesa (1905); vitoriosos também neste conflito, os japoneses estabeleciam seu protetorado na península coreana que, em 1910, era definitivamente incorporada ao Japão.

A dominação japonesa estendeu-se até a Segunda Guerra Mundial (1945) quando, pela derrota do Japão, a península era ocupada por forças russo-estadunidenses. Concordou-se, então, que a Coreia seria dividida em duas zonas de influência — a região ao norte do paralelo 38º ficaria com a Rússia e o sul com os Estados Unidos.

A partir daí, duas novas nações — Rússia e Estados Unidos, substituíam o Japão e a China na disputa da Coreia; era a “guerra fria” que atingia essa península do Extremo Oriente.

Ante uma tentativa de invasão dos coreanos do norte que, com o auxílio russo, pretendiam unir toda a península, sob um governo comunista, levantaram-se os do sul apoiados pelos Estados Unidos. Estourava a guerra da Coreia (1950); esta terminaria em 1953 com o armistício que mantinha a divisão nas duas áreas de influência, que subsiste até hoje, com a formação dos dois países distintos — a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, separadas pela linha de armistício (26 de julho de 1953).

3 — Paralelo entre as Duas Coreias

Sob o ponto de vista geográfico, as Coreias do Norte e Sul, divididas politicamente pelo paralelo de 38º e depois pela linha de armistício de 1953, apresentam características diversas.

O norte é a região montanhosa por excelência, apresentando um clima do tipo continental; o sul é mais baixo de

clima aproximado com o do tipo marítimo. O sul ressentia-se da ausência de florestas, enquanto o norte está coberto por vastas áreas de bosques.

O sul é bem mais povoado que o norte; em 1965 contava a 1ª região com 28 353 000 habitantes contra apenas 11 000 000 da segunda. Por sua vez, Seul (capital sulista), Taegu e Inchon são os centros mais populosos da península e estão todos localizados na Coreia do Sul. Em contrapartida, nenhuma das cidades mais populosas da Coreia do Norte, entre as quais Piongyang (capital nortista), Chongyin, Gensan e Kaesong, apresentam mais habitantes que as similares sulistas.

Embora o tipo humano coreano venha tendendo a um uniformismo, apresenta características tanto do povo chinês quanto do japonês, daí notar-se, nítida diferença entre o norte e o sul. A Coreia do Norte que recebeu contínuas correntes imigratórias da China, apresenta um tipo coreano mais aproximado do chinês. Por sua vez a Coreia do Sul recebeu maior impacto da imigração japonesa, aparentando-se por isso mais com o nipônico.

São, por outro lado, bem marcantes as disparidades econômico-sociais entre essas duas zonas coreanas, que o paralelo de 38º dividiu e o armistício de 1953 modificou em parte.

É no norte que se encontram a quase totalidade das riquezas minerais da península, fazendo com que o sul se apresente bem mais pobre neste setor (vide quadro nº 1).

Por outro lado, a industrialização no norte é bem mais desenvolvida que a do sul, graças a utilização das quedas d'água, que permitiu a primeira região dispor de excelentes recursos de energia elétrica, as indústrias químicas e têxteis estão entre as mais importantes da região nortista.

No sul, onde os recursos industriais são mais raros, abundam os produtos agrícolas, quase inexistentes no norte, que possui apenas 20% de terras cultiváveis. Pelas cifras que apresenta,

apenas na produção de arroz, que é largamente consumido em toda a península, a Coréia do Norte tem produção digna de nota, mesmo assim bem menor que a da Coréia do Sul (vide quadros n.ºs 2 e 3).

Ainda no *Setor da pecuária*, a Coréia do Sul, região mais baixa e de melhores pastos, leva vantagem em relação à Coréia do Norte (vide quadro n.º 4).

Assim, podemos concluir que, sob o ponto de vista econômico, a Coréia do Norte transformou-se num país industrializado, enquanto a Coréia do Sul manteve-se agropecuarista.

A Coréia do Norte é melhor servida de *vias férreas*, pois em 1966 contava com 10 000 km, dos quais cerca de 30% eletrificados, contra apenas 3 063 km existentes no sul. Cumpre ainda destacar o valor econômico que representa para o norte a *ferrovia internacional*, ligando Piongyang — Pekim — Moscou. Por outro lado, a Coréia do Sul está melhor servida no *setor rodoviário*, contando com 34 700 km de extensão.

É também distinta a *política econômica* em cada uma das duas zonas coreanas.

No Norte, os dois primeiros planos trienal e quinquenal, levaram o país para a industrialização, aproveitando os recursos naturais locais (riquezas minerais e energia elétrica). O *1.º plano* (1954-56) permitiu, de certo modo, equilibrar a economia do país e anular, em parte, o atraso técnico em que se achava o setor industrial. O *2.º plano* (1957-61) procurou acelerar o desenvolvimento da Coréia do Norte, especialmente no setor da indústria pesada; este plano incluiu também a edificação de novas centrais elétricas para a ampliação do poder energético, bem como o desenvolvimento da indústria mineira e metalúrgica. O *3.º plano*, ainda visando o setor industrial, porém já diversificado para os ramos químicos e têxtil, iniciou-se em 1961 e deve estender-se até 1970.

A Coréia do Sul começou a se reerguer, graças a ajuda dos Estados

Unidos, que é oficial, ou indiretamente, através do Japão, financiadores do atual *governo de Chung-Hi-Park*, chegado ao poder em 1961, através do golpe militar que depôs Seeghmann Ree e reeleito a 3 de maio de 1967. Até 1957 o apoio financeiro veio através de dois órgãos — o ECA (Economic Cooperation Administration) e a UNKRA (United Nations Korea Reconstruction Agency). Da ajuda financeira que provinha desses órgãos, cerca de 74,5% foram empregados em despesas militares, ficando somente 25,5% para a reconstrução do território. O movimento que trouxe Chung-Hi-Park ao poder passou a reclamar o maior aproveitamento econômico do país. Assim foi organizado o *1.º plano quinquenal* (1962-66) dando ênfase especial ao desenvolvimento e diversificação da agricultura, já que 2/3 da população local depende deste setor. O *2.º plano quinquenal* (1967-71) procura ainda intensificar o setor agropecuario, já se interessando, porém, pelo desenvolvimento industrial, sobretudo no ramo da petroquímica e refinarias de petróleo.

O *governo da Coréia do Norte deu continuidade ao sistema russo*, implantado quando na fase da ocupação propriamente dita. Procedeu-se, em vasta escala, à *coletivização da agricultura* orientando-se os camponeses para a *organização de cooperativas de produção e consumo*. Não houve quase resistência ao novo sistema, já que os grandes proprietários formavam apenas 1% da população rural. No setor industrial coube, também, ao governo proceder a *nacionalização dos trusts japoneses*, denominados Zaibatsu.

Em contraste com o norte, o *liberalismo econômico*, importado dos Estados Unidos, predomina na Coréia do Sul. Realizaram-se *reformas agrárias*, mantendo-se intactas as grandes propriedades; criaram-se cooperativas agrícolas, mas sem o caráter coletivista; no setor industrial respeitou-se o *capital estrangeiro*, já que este auxilia no desenvolvimento do país. Assim, as *Usinas Zaibatsu* continuaram nas mãos de seus proprietários japoneses.

4 — Considerações Geopolíticas

A disposição das fronteiras, em numerosos casos, procura buscar *posições adequadas para uma defesa rápida ou ataque fácil*. Por isso, as posições estratégicas interessam, muitas vezes, mais aos governos, do que propriamente o conteúdo humano que as fronteiras possam vir a envolver ou dividir.

A *instabilidade* política que a Coreia vem continuamente experimentando através das disputas sino-japonesa, russo-japonesa e, atualmente russo-estadunidense, ressaltam-lhe o *interesse estratégico*.

A *importância geopolítica da península coreana* reside na dupla função: a de ser uma espécie de *trampolim na invasão da Ásia* e, ao mesmo tempo, de constituir-se numa *base continental* por excelência, para o domínio dos arquipélagos do Pacífico.

Por isso ela foi disputada, no passado, pelos japoneses, temerosos da expansão chinesa nos domínios insulares do Pacífico; pelos chineses, que procuravam barrar a expansão japonesa no continente asiático.

Por isso ela se mantém dividida, ainda no presente, em duas áreas de influência: a da Rússia, com grandes interesses no continente asiático, do qual também faz parte como nação; e dos Estados Unidos que, procurando deter a esfera de influência russa, desejam manter sua posição no Pacífico, do qual fazem parte, através de seu litoral, na América, e seu Estado do Haváí.

5 — As Relações Nipo-Coreanas

Estando em boas relações com os Estados Unidos, o Japão, bastião da democracia no Oriente, tratou de aproximar-se da Coreia do Sul.

Os entendimentos, por via diplomática, iniciados em 1952, chegaram a um termo após 14 anos de negociações

interrompidas em alguns períodos. Assim, a 22 de junho de 1965 os representantes do Japão e República da Coreia do Sul assinavam o "Tratado Relativo às Relações Fundamentais entre o Japão e a República da Coreia".

O tratado compreende um preâmbulo de sete artigos redigidos em *japonês, coreano e inglês*. * Especifica a anulação do tratado de anexação de 1910, além de todos os acordos nipo-coreanos concluídos anteriormente a essa data.

No artigo III o Japão reconhece "o governo da República da Coreia como único governo legal da Coreia, pelo especificado na resolução 195 da Assembleia Geral da ONU. Este texto da ONU confirma que o governo da República da Coreia é o único governo legal da península. O artigo III foi objeto de muitas discussões entre os diplomatas dos dois países. O governo de Seul desejava, no referido artigo, ver reconhecida, pelo Japão, sua autoridade legítima sobre todo o território coreano, incluindo-se a parte norte. O governo de Tóquio hesitou bastante, pois mantém relações comerciais, extra oficiais, com a Coreia do Norte e uma atitude definida neste sentido poderia lhe custar caro. Daí a proposta da diplomacia nipônica de se inserir no artigo III o *texto de responsabilidade da resolução 195 da ONU*.

Um dos pontos em pendência, que o tratado de 1965 conseguiu solucionar, foi o relativo à *pesca*. A 18 de janeiro de 1952 o governo coreano havia oficializado a "linha Ree" **, declarando sob soberania nacional a plataforma continental e mares adjacentes a ela, numa extensão até *200 milhas marítimas do litoral da Coreia*. Tal medida, equivalia à posse exclusiva, pela Coreia,

* — Em caso de divergência na interpretação de algum texto, deve prevalecer o idioma inglês.

** — Assim chamada por ter sido traçada na época do governo de Seeghmann Ree

dos principais e mais ricos bancos de pesca nos mares Amarelo e do Japão. A dita "linha Ree" prejudicava os pescadores japoneses que, tradicionalmente, freqüentavam essa zona; seguiram-se, portanto, a essa medida alguns conflitos e aprisionamento de barcos pescadores japoneses.

Ora, no capítulo referente à pesca, a Coréia faz importante concessão no tratado de 1965, abandonando a "linha Ree". Ficou então estabelecida a *linha tradicional de 12 milhas*, como zona exclusiva de pesca em tórno do litoral, de cada uma das partes contratantes; estabeleceu-se, além dessas 12 milhas, uma *zona de contróle conjunto*, abrangendo o que restava para completar as 200 milhas da "linha Ree".

O Japão, por sua vez, também cedeu, *concordando pagar 300 milhões de dólares* (em vez dos 800 milhões perdidos pelos coreanos) por etapas anuais de 30 milhões ao govêrno da Coréia, a título de recuperação e restituições dos bens que os japoneses, durante os quarenta anos de dominação, subtraíram ao país peninsular.

O tratado de 1965, porém especifica que os *litígios*, que não puderem ser resolvidos por via diplomática, deverão ser submetidos a *uma comissão de mediação*, composta por três membros. O govêrno japonês e o coreano nomearão dois mediadores, cabendo a êsses dois escolherem um terceiro, que não poderá ser da nacionalidade de nenhuma das partes contratantes; caberá a êsse terceiro justamente o voto de desempate.

Êsse capítulo do tratado tem sua razão de ser. Isto porque ficou fora do global a *questão das ilhas Takeshima* (nas proximidades de Formosa) em poder do Japão, porém reclamadas pela Coréia. A questão das ilhas Takeshima será portanto, objeto de negociações futuras.

(julho de 1969)

QUADRO N.º 1 PRODUÇÃO MINERAL

PRODUTOS	Coréia do Norte	Coréia do Sul
Carvão	11 200 000	10 248 000
Ferro	4 800 000	743 400
Zinco	100 000	2 500
Chumbo	50 000	3 300
Cobre	10 000	500
Tungstênio	2 400	3 592

QUADRO N.º 2 PRODUÇÃO DE ARROZ EM TONELADAS

Coréia do Sul	Coréia do Norte
4 863 000	2 900 000

QUADRO N.º 3 PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA CORÉIA DO SUL

PRODUTO	Toneladas
Inhame	1 485 000
Cevada	928 000
Batata	428 000
Soja	163 000
Trigo	137 000
Fumo	39 000
Centeio	30 000
Cebola	24 000
Feijão	20 000
Algodão (semente)	8 000
Algodão (fibra)	4 000
Cânhamo	5 100

QUADRO N.º 4 PRODUÇÃO ANIMAL (CABEÇAS)

ESPÉCIE	Coréia do Sul	Coréia do Norte
Bovinos	1 357 000	679 000
Suínos	1 256 000	1 135 000

FONTE: Almanaque Mundial (1967) Reader's Digest, The Statesman's Year Book (1968-69)

KIEL E OS ESTREITOS ESCANDINAVOS

DELGADO DE CARVALHO

1 — O Planalto Continental Ártico

As terras, no hemisfério Norte, ocupam superfícies maiores do que os mares. Ao redor do Pólo Norte, que é uma depressão marinha, forma-se uma coroa de “escudos”, fortes, massas cristalinas que, como a *Terra de Angara*, na Ásia e a *Laurentia* da América do Norte, representam bastiões estáveis, que as grandes geleiras do passado geológico não afetaram. Mas as *transgressões marinhas* dotaram o hemisfério ártico de vasto *planalto continental*. De fato, entre 40° de latitude Norte e o Pólo, Vallaux calcula que dos 43 417 mil quilômetros quadrados de extensão marinha, cerca de 7 226 mil são de planalto continental, isto é, de águas com menos de duzentos metros de profundidade

Se não é exclusivamente europeu este planalto continental é, entretanto, na Europa que as suas influências são mais notáveis na geografia humana do continente. Daí a importância de seus mares fechados e dos seus *estreitos*, onde são visíveis os resultados de transgressões marinhas, relativamente recentes, pois algumas feições chegam a ser apenas pré-históricas.

Os estreitos escandinavos, que fazem comunicar o *Mar do Norte* com o *Mar Báltico*, constituem dois pequenos mares, o *Skager Rak* e o *Cattegat*, e três canais, o *Sund*, o *Belt Pequeno* e o *Belt Grande*. Estas ligações marítimas refletem, geograficamente, as características dos dois mares em comunicação.

Na altura das ilhas dinamarquesas, que salpintam esta região, o planalto continental se eleva quase à superfície das águas. Nos canais as profundidades não ultrapassam vinte metros: o

Sund mede oito metros apenas. O *Cattegat* se alarga um pouco na altura da *Jutlândia* e se afunda ao contornar o litoral da Noruega;

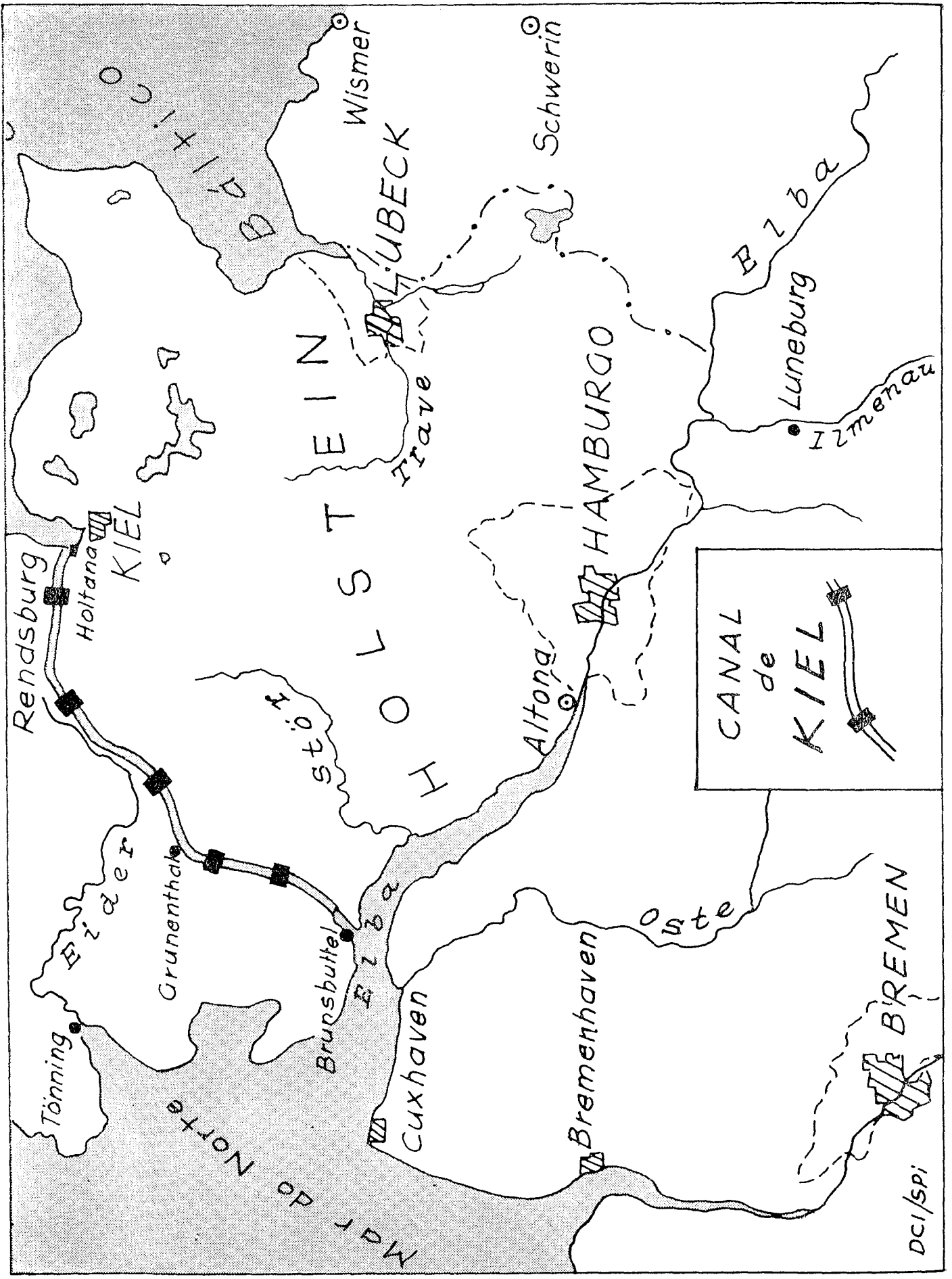
A zona dos estreitos escandinavos é interessante nas feições de intercâmbio que apresenta: as águas verdes, pouco transparentes do Báltico, são de fraquíssima salinidade, o que facilita o seu congelamento no inverno; as suas marés são insignificantes. Os níveis de suas águas se elevam apenas ligeiramente com as enchentes dos rios no outono

Existe, na região dos estreitos, uma circulação bastante ativa entre os dois mares: *superficialmente* correm do Báltico correntes de águas salobras e *subsuperficialmente* afluxo de águas salgadas do Mar do Norte. São condições marinhas que influem no clima dos litorais da Suécia e da Dinamarca e favorecem a vida marinha com a mistura das faunas.

2 — O Passado Histórico

Sob o ponto de vista político o arquipélago dinamarquês determinou, no passado, duas tendências: uma de *expansão regional*, característica da Suécia, que se limitou a um imperialismo Báltico e outra de *expansão mundial*, representada pelos dominadores do Mar do Norte. A *Dinamarca* conseguiu, na idade Média, o domínio destas regiões, mas coube à *Hansa* estabelecer bases mais firmes para seu imperialismo comercial. Além de suas três grandes cidades portuárias de *Bremen*, *Hamburgo* e *Labeck*, que permaneceram “hanseáticas” até hoje, o domínio da Liga se estendeu de Londres a Novgorod, de Bergen a Cracóvia, ocupando estrategicamente os Estreitos (Aalborg, Svend-





Organizado pelo autor.

DCI/SPi

borg, Copenhague, Malmoe) e, no Báltico, Kalmar, Visby, Dantzig, Riga, etc.

Era o espírito empreendedor e ativo de Lubeck, que tinha iniciado o movimento comercial e pacífico, envolvendo o norte da Alemanha numa poderosa aliança de 52 cidades. O seu monopólio foi ameaçado pela Dinamarca, quando conquistou, em 1361, a ilha de *Gotland*, com sua capital, Visby. Reunida a Dieta hanseática em Colônia, foi declarada a guerra que, vitoriosa, pela *Paz de Stralsund* em 1370, marcou o apogeu da Liga. Esta só começou a decair quando se formaram os Estados Nórdicos e a Rússia e quando a descoberta da América levaram o comércio da Inglaterra e da Holanda para a expansão comercial atlântica.

A cidade de *Kiel* havia sido fundada no século X, sob o nome de *Kyl*, provavelmente derivado de "Kille" lugar seguro para navios. Em 1284, entrou para a Liga Hanseática, de 1773 a 1866 fez parte da Dinamarca. Com a anexação do Slesvig — Holstein passou a ser prussiana. Hoje é uma cidade — pórtio de 270 mil habitantes — da República Federal Alemã. As suas atividades industriais estão quase exclusivamente dedicadas à construção naval ou ligadas a ela.

O Imperador da Alemanha, Wenceslau, havia autorizado a Hansa a ligar o rio Elba ao mar Báltico, canalizando o rio *Trave*, que desemboca perto de Lubeck. A navegação entre o Mar do Norte e o Báltico vinha dificultando as relações comerciais, obrigando os navios a fazer um trajeto mais custoso, mais perigoso e mais longo, contornando a península de Jutlândia. Além disso, o intercâmbio ficava sujeito ao fisco dinamarquês. O canal autorizado pelo imperador era, evidentemente, uma via fluvial, que só se prestava para a passagem de barcos. Durante dois séculos, ainda, Lubeck lutou para obter uma solução mais favorável aos negócios que iam prosperando; um novo canal foi tentado em 1525, mas não chegou a ser executado.

Em realidade, nada de satisfatório podia ser feito com o simples aproveitamento de cursos d'água de pouca importância. A abertura de um canal se tornava necessária e isso só podia ser efetuado nas terras planas do Slesvig-Holstein, pertencentes à Dinamarca. A idéia de aproveitar o curso do rio Eider, isto é, exatamente a linha divisória entre as duas referidas províncias, surgiu no reinado do rei Cristiano VII (1777). A idéia era, principalmente, política, que visava ligar o Holstein, de língua alemã, ao Slesvig dinamarquês, dotando, ambas as populações, de um canal de ligação entre mares de comunicação internacional. Era uma valorização econômica da região, destinada a estreitar os laços políticos destes povos à coroa dinamarquesa. Foi assim que, apesar dos protestos levantados pelas cidades portuárias do Sund e dos Balts, os trabalhos foram iniciados pelo próprio príncipe real, que se tornou, em 1808, o rei Frederico VI. Em 1780 já transitavam navios de pequeno calado, principalmente galeotas da Frísia e do Báltico, barcos levados por rebocadores.

Quando, porém, a marinha mercante foi sendo dotada de navios a vapor, consumidores de carvão e não mais movidos à vela, a importância econômica dos transportes necessitava de itinerários mais curtos e de economia de combustível.

Outro rei dinamarquês, Frederico VII (1848-63) empenhou-se em resolver o caso e mandou estudar por engenheiro americano nova solução, no Holstein, utilizando ainda o rio *Trave*. Tratava-se de um canal de 120 quilômetros, com sete represas e oito metros de profundidade.

Julgava, assim, poder enfrentar as reivindicações de autonomia do Holstein, sustentadas pela Prússia.

Faleceu o rei Frederico antes de realizar o seu plano e, três anos depois, a *Guerra dos Ducados*, promovida pela diplomacia de Bismarck, privava a Dinamarca das duas províncias de Slesvig e Holstein. Cabia à Alemanha a realização da obra em vista.

3 — A Política Imperial

Antes mesmo de os prussianos e os austríacos invadirem o reino de Cristiano IX, Bismarck já tinha conhecimento da solução técnica do canal, destinado a unir dois mares de igual nível, mas de marés diferentes. De fato, ao insignificante preamar báltico correspondem marés do Mar do Norte que podem alcançar três metros. O traçado mais vantajoso era quase retilíneo aproveitando o rio *Eider* e abrindo no morro de *Gruenthal* uma trincheira de vinte e poucos metros. Eram também utilizados os pântanos e os “polders”.

Estava no espírito do Chanceler e do Imperador o verdadeiro interesse *estratégico militar* do canal, pensa o contra-almirante francês Lepotier, mas era indispensável insistir sobre o interesse *econômico*, para justificar a obra aos olhos da opinião internacional. Ameaçava, entretanto, êste canal os interesses comerciais dos três grandes portos hanseáticos, Bremen, Hamburgo e Lubeck.

“Por feliz coincidência, diz Lepotier, um armador de Hamburgo, Dr. Dahls-trom, colocou-se à frente de um movimento em favor do canal, em 1878. Os seus argumentos foram logo difundidos em tôda a Alemanha pela imprensa officiosa.” (Lepotier — Kiel, 3.º Canal Maritime du Monde — em “Geografia”, n.º 45) O projeto, entretanto, sofria objeções das indústrias do Ruhr, do Sarre e da Silésia, que temiam a concorrência britânica no abastecimento de carvão dos países do litoral báltico. Para contentá-las, outros projetos de canalização de rios foram levados a efeito no curso superior do rio Oder.

Foram interessantes as discussões da época, nas quais eram trocados argumentos que pareciam então decisivos. As vantagens de poupar carvão e cerca de 22 horas de navegação, respondiam os críticos que a espera na entrada do canal e as despesas de pilotagem e direitos de pedágio anulavam as vantagens. Para autoridades superiores o interesse estratégico era o principal.

O contra-almirante citado lembra uma das circunstâncias imprevistas da parte dos militares: a resistência de *Moltke*, então chefe do grande Estado-Maior imperial, que impugnou o projeto no Reichstag. Duvidava da segurança que teria a frota alemã entre Kiel e Wilhelmshaven, criticava a separação do Slesvig do resto do Império; preferia que as fortes despesas a fazer com o canal fôssem aplicadas a reforçar a frota de guerra. Os argumentos do grande chefe de guerra de tanto prestígio tiveram de ser levados em consideração e respondidos, mas, em 1883, Moltke cedeu finalmente.

O projeto aprovado pelas duas Casas do Parlamento, em 1886, foi formulado em lei do Império, na qual Guilherme I mandava estabelecer um canal “para o uso da frota *militar* alemã”. Menos de dez anos depois cabia a Guilherme II, a bordo do iate imperial “Hohenzollern” inaugurar o canal denominado *Canal Guilherme o Grande* entre o Elba e o pôrto de Kiel, passando por Rendsburgo.

4 — O Canal de Kiel

Foi de grande vantagem para a economia Alemã a abertura do canal de Kiel. A sua extensão entre *Holteneu* (Kiel) e *Brunsbüttel* (no Elba) é de 51 milhas, ou 98,7 quilômetros. Têm sido efetuados melhoramentos frequentes para satisfazer às necessidades de todos os progressos realizados pela marinha mercante internacional. A profundidade do canal é de 11,33 m e a largura é de 44 metros; os diques são de 330 metros, prestando-se às maiores unidades navais.

O movimento de navios é considerável e pode ser comparado ao movimento do canal de Panamá que é cerca de sete vêzes menor, mas que transporta o dôbro em tonelagem:

Em 1966, passaram no canal de Panamá 11,9 mil navios, mas com 82,7 milhões de toneladas.

ANOS	Milheiros de Navios	Milhões de Toneladas
1913	55,3	10,3
1924	45,8	14,0
1927	53,7	19,9
1938	53,5	22,6
1958	67,7	33,5
1966	82,8	43,4

Embora a construção do canal de Kiel tenha sido ditada pelos interesses estratégicos do Império Alemão, isto é, para a fácil transferência da esquadra do Báltico para o Mar do Norte, ou inversamente, o valor comercial do canal ultrapassou as previsões mais otimistas. É evidente que a frente econômica da Alemanha sobre o ocidente atlântico pelo Mar do Norte, é muito mais importante do que os seus interesses na frente econômica báltica, onde ainda é considerável o número de veleiros preferidos para o transporte de madeiras. De fato, o comércio do canal de Kiel consiste, principalmente, de produtos florestais, minérios exportados pelos países bálticos, de carvão e cereais por eles importados. O comércio da Finlândia, por exemplo, recebe do Ocidente 45% de suas importações e para lá envia 42% de suas exportações. É evidente que é uma forte contribuição ao trânsito pelo canal de Kiel.

Sob o ponto de vista estratégico, a *Primeira Guerra Mundial* demonstrou que o canal só serviu à marinha alemã para lá estacionar os seus navios. De fato, a guerra naval foi “de caráter episódico”; depois de alguns encontros nos Oceanos, foi concentrada a frota no

canal, pois a Alemanha tinha obrigado a Dinamarca a provar a sua neutralidade colocando minas no Belt Grande. Este fato, aliás, facilitou a missão da marinha britânica que, em vez de fiscalizar o Skager Rak e o Cattegat, se limitou a enfrentar o estuário do Elba. A concentração de marinheiros e de operários na principal estação naval da Alemanha, que era *Kiel*, deixou-os mais ou menos inativos e antes inclinados a cogitar de revolução do que de guerra. Quando, no fim do conflito, ocorreu que a oficialidade alemã, no desespero da derrota, falava em sacrifício heróico da frota numa última tentativa contra as esquadras britânicas vitoriosas, levantaram-se em Kiel as massas operárias de construção naval e juntas à marinhagem, iniciaram a revolução de novembro de 1918 que derrubou o Império.

Durante a *Segunda Guerra Mundial*, Hitler teve a preocupação de ocupar cedo os países nórdicos, cujas orlas litorâneas comandavam os estreitos. Era uma proteção assegurada ao canal de Kiel, no qual a principal função naval consistia, durante o conflito, em movimentar os submarinos da frota alemã, apesar dos maciços ataques da aviação. “Depois da segunda capitulação alemã, diz Lepotier, o golpe de Suez em 1956 demonstrou que a utilização de um canal em definitivo é regulada por quem ocupa fisicamente as suas margens e que a influência de tências potências, no uso do dito canal, é função do balanço das forças efetivas em presença”.

Maio de 1969.

O CO-PRINCIPADO DE ANDORRA

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafa do IBG

1 — Aspecto Geoeconômico

Andorra, com seus 465 km², é um país localizado nos *Pirineos*, montanhas que *separam a França da Espanha*

A configuração geográfica de Andorra é bem marcada por *dois cursos d'água que descem* do norte para o sul. o *Valira de Ordino* e o *Valira de Canillo*, que se unem em território andorrenho sob o nome de *Valira* para depois penetrar na Espanha. A bacia do Valira tem suas nascentes no norte do país, através de numerosos arroios, alimentados por *pequenas lagoas ou ibones*. Na Espanha, lança suas águas no Segre, afluente do Ebro, nas proximidades do *Bispado de Seo de Urgel*, com o qual Andorra tem ligações políticas.

A *unidade de pequeno país*, como região natural, reside no fato de envolver-se nesse *vale pirenaico*, que os andorrenhos denominam, de um modo geral, *Vales de Andorra* (nome oficial da Nação).

Os principais núcleos populacionais se estabeleceram ao longo dos vales do Valira, condicionados pelo *fator climático e melhores solos agrícolas*. Nesta região, o chamado trigo de inverno, semeado a 1º de setembro, oferece colheita em meados de agosto do ano seguinte; já em outros vales mais altos o trigo fica cerca de 13 meses no solo. Assim, a altitude dos núcleos habitados varia entre os 900 metros de *São Julião de Loria* a 1825 metros em *Solden*. Além do trigo, a vinha, a oliveira e, principalmente, o tabaco, constituem-se nos produtos agrícolas do país.

No entanto, a *pradaria, e pastos, cobrindo cerca de 40% do território,*

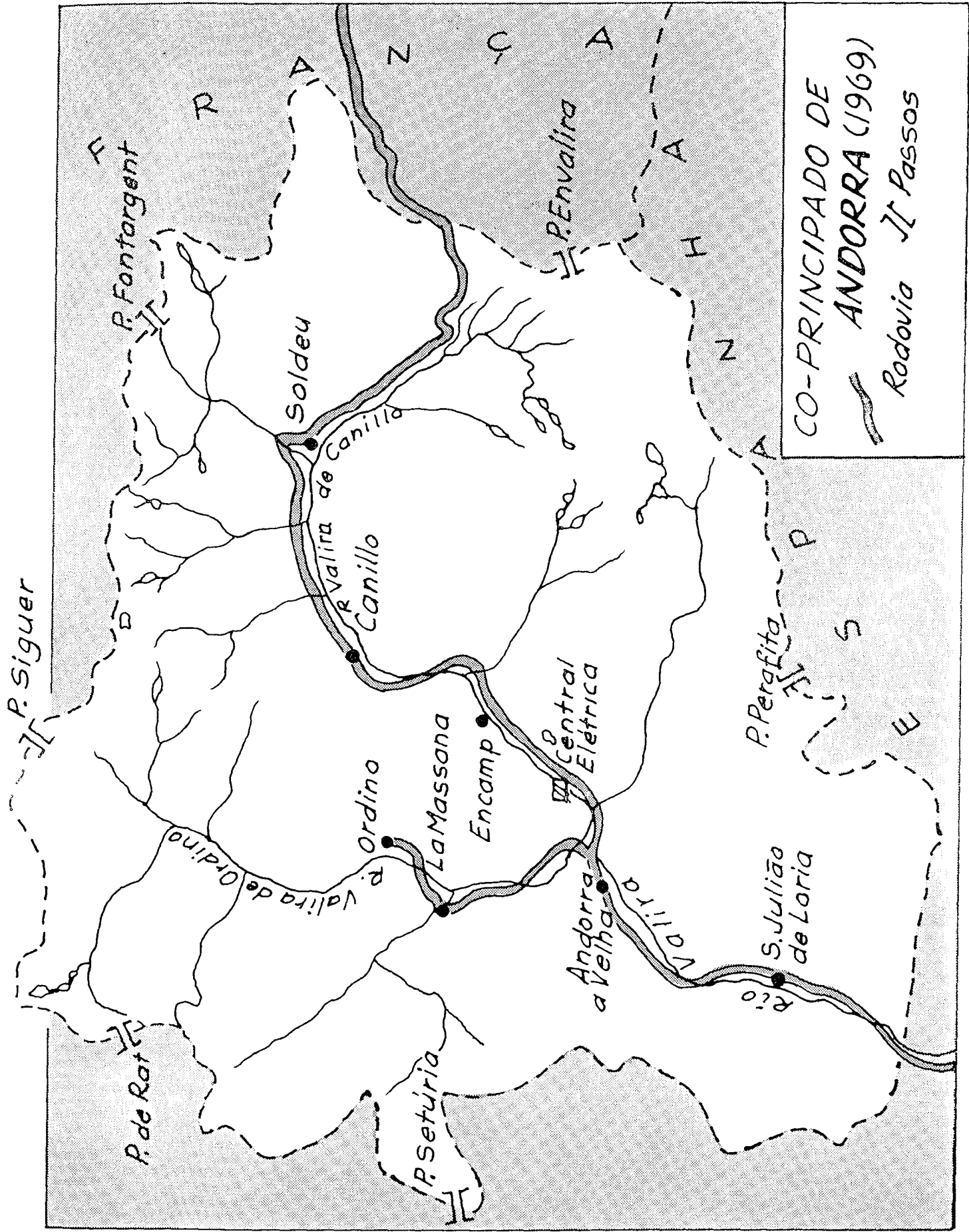
transformaram a *pecuária* (ovinos em especial) na principal atividade econômica de Andorra. Em abril o rebanho se instala em regiões de 1800 a 2000 metros de altitude; em junho atingem as regiões mais altas até 2500 metros. A partir de outubro começa o rebanho a descer, e, quando o inverno rigoroso atinge o país, resolve-se o problema da falta de pasto com a imigração dos animais para as planícies francesas e espanholas (Narbona, Beziers, Nîmes, Catalunha e Aragão).

Em Andorra não existem indústrias, além da fabricação de charutos e cigarros; porém os altos picos do país são excelentes reservatórios para a *produção de energia elétrica*. Assim, no rio Valira, ao norte de Andorra, a Velha, já se instalou a Central elétrica do país.

Não há orçamento nem impostos em Andorra, pois toda sua renda provém dos direitos de *postagem e turismo*; * ao lado da exportação, em geral para a Espanha, ligada especialmente ao gado e produtos derivados.

Pela configuração geográfica Andorra foi, por muito tempo, *um país isolado nos Pirineos*. Só em 1916 era construída a primeira estrada ligando Seo de Urgel (na Espanha) à Andorra, a Velha, em 1933 ligava-se por rodovia a Aix-les-Termes na França. Hoje, graças ao desenvolvimento dado ao turismo, Andorra possui *excelente rodovia* que, atravessando grande parte do vale do Valira, une esse pequeno país à França e Espanha; um ramal desta estrada atinge também Ordino.

* — Tributo pago para se passar nas fontes, entrar nas cidades e ultrapassar os diferentes passos que circundam o país



2 — Aspecto Geopolítico

Nas primeiras fases de sua evolução política, as sociedades montanhosas, constituem-se através de diversos núcleos geohistóricos, mais ou menos afins: demonstram então claramente a manifestação de *cantonalismo geopolítico*.

Se é este o caso da Suíça, não é o de Andorra, cujo cantonalismo geopolítico se atenuou graças aos *diferentes passos* (denominados postos, daí o direito de postagem) que circundam o país. A facilidade de passagem é maior nos passos que estão entre Andorra e a Espanha; do lado francês essas passagens apresentam-se mais difíceis e custosas.

Grças a êsses passos, estabeleceu-se *uma afinidade cultural maior com a Catalunha* espanhola; ao lado de uma afinidade política com a França e Espanha. Por outro lado, Andorra transformou-se numa espécie de *estado-feudal* em pleno século XX, pagando anualmente um tributo de 960 francos à França e 460 pesetas à Espanha.

Tal situação se prende à *formação histórica de Andorra* que, na Idade Média reconhecia no *Bispo de Urgel* (Espanha), a dignidade de príncipe (ano 819).

No século XI o Bispado Urgel enfeudava o território de Andorra que, após passar pelas mãos de vários senhores, foi herdado pela *Casa Condal de Foix*, de origem francesa. Quando Pedro III de Aragão subiu ao trono (1276), o titular do Condado de Andorra ou Foix, *Roger Bernat*, revoltou-se contra o monarca aragonês.

A fim de resolver a questão, a mitra de Seo de Urgel procurou entendimento com a Casa Condal de Foix; firmaram, então, um tratado (1278) denominado "Pariatge de Andorra", estabelecendo o *regime de co-principado* na região. Por política matrimonial, os direitos franceses em Andorra passaram

para a Coroa, no tempo de Henrique IV (1607); a república francesa, por sua vez, avocou a si êsses direitos quando da instalação do regime.

Assim sendo, Andorra, pequeno *território autônomo* entre duas nações, está na atualidade *submetido à influência política conjunta do Bispado de Seo de Urgel e Estado Francês*.

Andorra é um *estado encavalado*, já que parece cavalgar, de um lado e do outro, os Pirineos. A existência de Andorra como *nação geopoliticamente organizada*, consistiu na defesa *natural contra os passos* que a unem à França e Espanha; dentro dêsse princípio *estabeleceu todo o seu núcleo geohistórico na bacia fluvial do Valira*, dotando-a de uma mesma cultura. Assim, êsse vale interior dos Pirineos transformou-se numa espécie de refúgio da tradição idiomática (o andorrano — idioma gentilico) e cultural (sobrevivência dos trajes típicos e folclore). Por isso, como nação propriamente dita, Andorra nada mais é do que um *Estado Faixa-Fluvial*, formado pela bacia do Valira, convertida na principal via de penetração e contacto interno.

3 — Organização Política

Além da autorização do Bispo de Seo de Urgel (Prefeito Episcopal), o Estado Francês faz-se representar em Andorra por um delegado permanente — o *Prefeito dos Pirineos Orientais*. Êsse *co-principado franco espanhol* se limita ao poder judiciário, já que os funcionários de justiça, ou "veguers", em número de dois, são nomeados pelos prefeitos espanhol e francês.

O país está dividido em *seis paróquias*: *Andorra, a Velha* (que exerce as funções de capital), *São Julião de Loria, Encamp, La Massana, Ordino e Canillo*. A cada uma dessas paróquias cabe eleger 4 membros para formarem ao todo 24 síndicos que constituirão o poder legislativo, exercido pelo *Conse-*

lho Geral O referido Conselho é renovado por metades, através de eleições que realizam de 4 em 4 anos. Cabe ao Conselho Geral nomear o *Primeiro Síndico* (Síndico Procurador Geral) que, por sua vez, escolhe para auxiliá-lo no exercício do poder legislativo.

Embora Andorra tenha o seu idioma — o andorrano, fala-se também o dialeto espanhol *atalão*. Não possui moeda própria, já que circulam no país,

indistintamente tanto a *peseta espanhola* quanto o *franco francês*.

A população de Andorra que é de 13 850 habitantes (1965) professa, em sua maioria, a religião católica. O país, que tem bandeira própria, faz seu hino nacional remontar a sua libertação dos árabes — “O grande Carlos Magno meu pai, dos árabes me livrou”.

(julho de 1969)